



## PEC da Previdência pode ser votada na semana que vem

Marcos Brandão/Senado Federal



Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, disse que busca acordo para que o Plenário analise a proposta na quarta-feira em primeiro turno. Já a PEC paralela, cujo mérito foi aprovado quinta-feira pela CCJ, poderá ter a votação concluída ainda este ano

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou que pretende votar em Plenário na quarta-feira o texto da reforma da Previdência. Mas, segundo ele, ainda há divergências sobre o critério que deve ser usado para contar o prazo de discussão. Se não sair o acordo, disse, a votação ficará para a semana seguinte.

Ontem também, a presidente da CCJ, Simone Tebet, confirmou que a comissão aprovou na quarta-feira a admissibilidade e o mérito da PEC paralela que inclui estados e municípios na reforma. O texto será lido em Plenário, com a abertura de prazo para emendas. A votação pode ser concluída ainda neste ano, prevê Davi. **3**

Em entrevista, Davi informa que está trabalhando para que a PEC paralela seja aprovada pelo Senado ainda neste ano

### Senado celebra 197 anos da Independência **2**

### Comissão recebe sugestões sobre unidades de conservação

A Comissão de Meio Ambiente ouviu ontem especialistas sobre a elaboração de leis que criam, extinguem e modificam limites de unidades de conservação ambiental. **4**

### Lei de Abuso de Autoridade recebe 19 vetos **2**

### Pagamento de bolsas do CNPq só está garantido até este mês

Em audiência conjunta de três comissões, representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia e do CNPq disseram que os recursos só dão para pagar bolsas neste mês. **4**

### Empresários e especialistas defendem simplificação tributária

Em audiência ontem na Comissão de Constituição e Justiça, os debatedores defenderam a adoção de um sistema tributário simplificado para incentivar a economia, reduzir custos e garantir competitividade das empresas.

A presidente da CCJ, Simone Tebet, disse que o relatório de Roberto Rocha pode ser votado até o fim de setembro. **4**



Relator da reforma, Roberto Rocha (C) preside debate com empresários e especialistas em sistema tributário

Marcos Oliveira/Agência Senado

Janete Araújo/Agência Senado



Senador Paulo Paim diz duvidar que a reforma vá proporcionar ganhos ao país

### Com a reforma, milhões não se aposentarão, dizem debatedores

Participantes de audiência ontem na Comissão de Direitos Humanos sobre aposentadoria rural disseram que, com as mudanças previstas na Previdência, milhões de

trabalhadores do campo e da cidade não vão conseguir se aposentar. O presidente da comissão, Paulo Paim, afirmou duvidar que a reforma vai proporcionar ganhos ao país. **3**

### Brasil perde bilhões por ataques cibernéticos, aponta audiência

Segundo dados da União Internacional de Telecomunicações, entre 2017 e 2018, os prejuízos causados por ataques cibernéticos no país ultrapassaram US\$ 20 bilhões.

Os dados foram apresentados ontem à Comissão de Relações Exteriores por representantes do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. **2**



Nelsinho Trad (4º à dir.) comanda debate sobre política cibernética no Brasil

Edilson Rodrigues/Agência Senado

# Sessão no Plenário celebra 197 anos da Independência

No evento, foi lançada uma comissão, formada por senadores, especialistas e a diretora-geral da Casa, Ilana Trombka, que cuidará das comemorações para o bicentenário da Independência, em 2022

EM SESSÃO ESPECIAL ontem, senadores e convidados comemoraram os 197 anos da Independência do Brasil, celebrada em 7 de setembro. Na sessão, conduzida pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), também foi lido o ato de constituição da Comissão Curadora do Bicentenário da Independência, em 2022, e inauguração dos trabalhos.

Randolfe presidirá a comissão. Também farão parte do colegiado os senadores Jean Paul Prates (PT-RN), Rodrigo Cunha (PSDB-AL) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG), assim como a historiadora Heloisa Starling, o jornalista Eduardo Bueno, a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, e a vice-presidente do Conselho Editorial do Senado, Esther Bemerguy de Albuquerque.

Todos os membros da comissão do Senado falaram na sessão, além de deputados da comissão curadora da Câmara. Todos louvaram a iniciativa de celebrar a história para pensar não apenas no passado, mas no futuro do Brasil.

Rodrigo Pacheco afirmou que o grito de D. Pedro I às margens do Ipiranga continua bastante atual.

— O grito “Independência



Pacheco, Rodrigo (4º à esq.), Randolfe e Ilana Trombka (diretora, 2ª à dir.)

ou morte”, às margens do Rio Ipiranga, no dia 7 de setembro de 1822, continua representando o sentimento de muitos brasileiros, que almejam e lutam por um país melhor, por um país mais justo.

## Futuro

Resgatar os 200 anos da Independência não é olhar para trás, mas para o futuro, disse Ilana.

— É olhar para a frente, porque quem não sabe de onde veio, não sabe para onde vai, e quem não aprendeu com as experiências cometerá os mesmos erros e enganos — afirmou a diretora.

Rodrigo Cunha disse que a comissão terá um papel histórico para o Senado.

— Espero que possamos,

nesta comissão, recordar os importantes marcos históricos com que o Senado contribuiu para a sociedade brasileira em seus 200 anos de história — afirmou.

Para Randolfe, a intenção é que a comissão possa contar uma história viva do Brasil.

— A história que temos que contar tem que ser viva, como é o povo brasileiro, trazendo historiadores para cá, contando a história de pessoas e de revoluções que nos forjaram, contando a história mais do que datas, fatos, personagens, heróis, mas contando a história desse povo contente que atropela indiferente todos aqueles que negam a história belíssima desta nação apaixonada de que tanto nos orgulhamos.

## Brasil é 2º no mundo em perdas por ataque cibernético

O Brasil ocupa a 70ª colocação no índice de segurança cibernética da União Internacional de Telecomunicações (ITU, na sigla em inglês), órgão da ONU. A situação de fragilidade faz com que o país seja hoje o segundo no mundo que mais tem sofrido perdas econômicas advindas de ataques cibernéticos. Segundo os dados mais recentes da ITU, entre 2017 e 2018 os prejuízos por ataques cibernéticos no país ultrapassaram US\$ 20 bilhões.

Os dados foram apresentados à Comissão de Relações Exte-

riores e Defesa Nacional (CRE) pelo coronel Arthur Sabbat, do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República. A CRE realizou ontem a primeira audiência sobre o tema, que será seguida de outros debates, diligências e visitas técnicas. A segurança cibernética é a política pública monitorada pela comissão em 2019, sob a relatoria do senador Esperidião Amin (PP-SC) como relator.

— No ano passado, 70 milhões de brasileiros foram vítimas de ilícitos cibernéticos

— disse Sabbat.

O presidente da CRE, Nelsinho Trad (PSD-MS), comunicou que foi criada uma subcomissão temporária para obter informações sobre a tentativa de favorecimento da empresa brasileira Leros, que atua no mercado de energia.

— Foi prometida a essa empresa a venda da energia excedente do Paraguai no mercado livre de energia brasileiro, a preços e condições imbatíveis, gerando grande sensibilidade política no contexto das relações bilaterais Brasil-Paraguai.

## Bolsonaro sanciona Lei de Abuso de Autoridade e veta 19 pontos

O presidente da República, Jair Bolsonaro, sancionou ontem a Lei de Abuso de Autoridade (Lei 13.869) com 19 vetos, sendo 14 integralmente e 5 de forma parcial. No total, o número de itens vetados chega a 36. O texto foi publicado em edição extra do *Diário Oficial da União*.

O texto foi aprovado na Câmara no mês passado. Entre os pontos vetados estão a proibição do uso de algemas, a obrigação de o policial se identificar ao preso, a execução de operações policiais desproporcionais que exponham o investigado ao vexame, e a proibição de iniciar investigação penal, civil, ou administrativa sem justa causa ou contra inocentes.

Um dos vetos foi ao artigo que prevê pena de prisão a juízes que decretarem medida de privação de liberdade “em desconformidade” com as hipóteses legais. O mesmo dispositivo também pune autoridades que deixarem de deferir habeas corpus quando “manifestamente cabível” ou que descumprirem prazo para relaxamento de prisão ou de substituição de prisão preventiva por liberdade ou medida cautelar alternativa.

Segundo o veto presidencial, o item gera insegurança jurídica por se tratar de tipo penal aberto e que comporta interpretação, o que poderia comprometer a independência do magistrado ao proferir a decisão pelo receio de cri-

minalização da sua conduta.

O dispositivo que vedava o uso de algemas também foi vetado por Bolsonaro. Na versão aprovada pelo Congresso, estava prevista pena de detenção e multa para autoridade que submetia a pessoa presa o uso de algemas quando não houvesse resistência à prisão. O presidente também alegou insegurança jurídica.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou que o presidente da República tem total legitimidade para vetar qualquer matéria. E, ao Congresso Nacional, cabe manter ou derrubar os vetos.

— Eu ainda não sei o que é que o presidente vetou. Mas vou receber os vetos e, na sessão do Congresso Nacional, eles estarão pautados — declarou.

Davi disse ainda que vai conversar com os líderes partidários para marcar a próxima sessão do Congresso.

— Não tenho previsão de marcar sessão do Congresso para a semana que vem, mas se os líderes concordarem na terça-feira que a gente tem que convocar para a quarta, a gente convoca para quarta ou para quinta.

Para Paulo Paim (PT-RS), a coerência do Congresso seria derrubar os vetos. Mas ele disse acreditar que haverá o debate “adequado” antes da apreciação dos vetos.

Com Agência Câmara e Agência Brasil

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



PLENÁRIO Pronunciamentos  
9h Sessão não deliberativa.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no Plenário: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas comissões: <http://bit.ly/integraComissoes>



### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Davi Alcolumbre  
**Primeiro-vice-presidente:** Antonio Anastasia  
**Segundo-vice-presidente:** Lasier Martins  
**Primeiro-secretário:** Sérgio Petecão  
**Segundo-secretário:** Eduardo Gomes  
**Terceiro-secretário:** Flávio Bolsonaro  
**Quarto-secretário:** Luis Carlos Heinze  
**Suplentes de secretário:** Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvío Burlé  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editora-chefe:** Fernanda Vidigal  
**Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer  
**Diagramação:** Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex  
**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino  
**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Sefgraf)



Bandeira (Mesa), Simone Tebet, presidente da CCJ, Davi e Tasso Jereissati, relator da reforma da Previdência

## Davi busca acordo para votar Previdência na quarta

Segundo presidente do Senado, se não houver entendimento, votação poderá ficar para a outra semana. Sobre a proposta paralela, ele disse acreditar que a Casa deve analisá-la ainda neste ano

O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, disse ontem que está trabalhando para construir um entendimento em relação à contagem de prazo para que a reforma da Previdência (PEC 6/2019) seja votada já na quarta-feira. De acordo com ele, há divergências entre os senadores sobre qual critério deve ser usado para contar o prazo de discussão em Plenário, previsto no Regimento Interno do Senado, antes da votação.

— O Regimento fala das cinco sessões. Alguns senadores ontem falaram que no Regimento diz “dias úteis”. Conversei com senadores, vou tentar compatibilizar com eles para a gente votar na semana em primeiro turno. Alguns senadores ainda não estão convencidos disso, mas a gente vai conversar com eles para acelerar esse processo. Se não tiver consenso mesmo, eu vou seguir a regra para deixar para a outra semana.

Davi disse também que o Senado aperfeiçoou a proposta de reforma da Previdência, ao contrário do que muitos falaram, “que nós iríamos apenas carimbar o texto que veio da Câmara”.

— Fizemos a nossa parte, cumprimos nossa obrigação e, ao mesmo tempo, alteramos aqueles pontos que nós achávamos essenciais para fazer uma reforma completa.

O aprimoramento dela para a sociedade brasileira e para o país foi muito respeitoso do ponto de vista legislativo.

Em relação à PEC paralela (PEC 133/2019), Davi acredita que será possível votar ainda neste ano e disse estar trabalhando para isso. Ele

afirmou que a aprovação por unanimidade na CCJ “mostrou a sensibilidade e a temperatura dos senadores” em relação à proposta.

— Vou fazer a leitura [no Plenário]. O senador Tasso disse que em dois ou três dias vai entregar o seu relatório na CCJ.

### Presidente diz que escolha de Aras é prerrogativa de Bolsonaro

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou que a escolha do nome para o cargo de procurador-geral da República é prerrogativa da Presidência da República, independentemente de esse nome pertencer à lista tríplice do Ministério Público Federal (MPF). A declaração foi feita ontem, quando foi anunciado o nome do subprocurador Augusto Aras para chefiar a Procuradoria-Geral da República (PGR) pelos próximos dois anos.

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB) e doutor em Direito Constitucional, Antônio Augusto Brandão de Aras não constava da lista tríplice eleita pelos membros do MPF. Aras substituirá Raquel Dodge, cujo mandato vence no dia 17.

Davi admitiu dificuldade

com a agenda do Senado para que a indicação de Aras seja confirmada em apenas 12 dias. O indicado será sabatinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e precisará ter seu nome confirmado pelo Plenário da Casa. Davi disse que aguarda a mensagem de indicação chegar ao Senado, mas apontou que, se o mandato de Raquel Dodge terminar e o nome de Aras não tiver sido confirmado, poderá assumir a PGR o vice-presidente do Conselho do Ministério Público.

O senador Paulo Paim (PT-RS) disse que preferiria que a lista tríplice tivesse sido respeitada, como tem sido tradição nos últimos governos, e registrou que cabe aos senadores agora confirmar ou não o nome de Aras.

## Mérito da PEC paralela já foi aprovado, confirma Simone

Encaminhada ao Plenário para recebimento de emendas, a PEC paralela da Previdência teve não apenas sua admissibilidade aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), como também seu mérito, confirmou ontem a presidente do colegiado, Simone Tebet (MDB-MS). A nova proposta de emenda à Constituição (PEC 133/2019) caminha em conjunto com o texto principal da reforma da Previdência (PEC 6/2019), mas, nos cálculos da presidente da CCJ, a votação dos textos no Plenário deve ser concluída em momentos diferentes.

— A CCJ tem dupla função: a gente analisa a admissibilidade e o mérito — ressaltou a senadora.

A PEC paralela traz sugestões de alterações na proposta de reforma da Previdência, como a inclusão de estados

e municípios. A nova PEC foi acatada quarta-feira na CCJ, após a aprovação do texto principal. O dispositivo ganhou força no Senado para evitar que a PEC 6/2019 fosse alterada e tivesse que retornar para a Câmara.

De acordo com Simone, houve um acordo para que todas as emendas à PEC paralela recebam o apoio de pelo menos 27 senadores, número exigido de assinaturas para apresentação de emenda à proposta.

— Houve um consenso que qualquer parlamentar pode apresentar emenda na paralela, que todos os colegas vão dar o apoio para ter no mínimo 27 assinaturas — assinalou.

Simone considera que a votação da PEC paralela vai sofrer menos resistência, pois é uma oportunidade de correção de eventuais injustiças previstas no texto principal.

## Policiais podem ter regras mais brandas para aposentadoria

Policiais, bombeiros, agentes prisionais e outras carreiras ligadas à segurança pública poderão contar com regras mais brandas para se aposentar, se for aprovada a PEC paralela da reforma da Previdência (PEC 133/2019).

Uma das emendas do senador Major Olimpio (PSL-SP), acolhida parcialmente pelo relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE), permite que uma lei complementar estabeleça requisitos e critérios próprios para a concessão de aposentadoria e pensão para policiais federais, dando margem para alterações futuras conforme regras previstas na reforma para os militares em análise na Câmara.

Também podem ser beneficiados integrantes da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Ferroviária Federal, policiais civis e militares, bombeiros militares, agentes prisionais e

socioeducativos, além das Polícias Legislativas do Senado e da Câmara dos Deputados, e a Polícia Federal.

Outra emenda acatada parcialmente pelo relator garante que policiais federais, policiais ferroviários e rodoviários federais, agentes prisionais e socioeducativos que ingressaram na carreira até 2003 se aposentem com o último salário da carreira (integralidade) e com reajustes iguais aos da ativa (paridade). O texto consolidado pelo relator mantém a exigência de idade mínima de 55 anos para homem e mulher prevista na PEC 6/2019.

A proposta atende em parte ao pleito do senador Marcos do Val (Podemos-ES), que apresentou emenda para assegurar a integralidade e a paridade para todos policiais que ingressaram no serviço até a promulgação da PEC.

## Para debatedores, reforma significará trabalhar mais e receber menos

Com as mudanças previstas na nova Previdência, milhões de trabalhadores do campo e da cidade não vão conseguir se aposentar, disseram ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH) os participantes de audiência sobre os efeitos da reforma previdenciária na aposentadoria rural.

A reunião foi conduzida pelo presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS). Ele disse duvidar das promessas e propagandas do governo que

afirmam que a reforma da Previdência vai proporcionar mais investimentos em saúde, educação e segurança pública e melhorar a geração de empregos e a distribuição de renda.

— Com essa reforma nós teremos perdas e prejuízos enormes para as gerações passadas, presentes e futuras.

A secretária de Políticas Sociais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Edjane Rodrigues, reconheceu que

deputados e senadores já conseguiram amenizar os efeitos da proposta do governo. Mesmo assim, o texto atual da reforma traz retrocessos, como dispositivos que dificultam a comprovação de tempo de serviço pelo trabalhador rural. O presidente da Contag, Aristides Veras dos Santos, disse que mais de 70% dos municípios dependem dos benefícios previdenciários para movimentar suas economias e passarão por sérias dificuldades.

Representando o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Antônia Ivoneide afirmou que a reforma afeta direitos conquistados e prejudica, em especial, os mais pobres, não mexendo nas grandes aposentadorias, por exemplo.

A secretária de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Graça Costa, avaliou que a reforma vai promover uma grande queda da massa salarial brasileira, prejudicando a economia.

— Milhões de brasileiros não vão conseguir se aposentar e as mulheres são as mais afetadas e prejudicadas.

Representante do Fórum do Direito Sindical do Espírito Santo, Wesley Selante Elói afirmou que são os pequenos agricultores e a agricultura familiar que alimentam 75% das mesas do país. Para ele, com a reforma, os brasileiros vão ter que trabalhar muito mais e receber aposentadorias e benefícios bem menores.

# Debate: áreas de conservação geram dúvidas

Especialistas afirmam que há falta de embasamento e insegurança jurídica sobre a iniciativa de projetos de lei que criam unidades de preservação ambiental ou alteram seus limites

NO DIA 5 de setembro, em que se comemora a Floresta Amazônica (Dia da Amazônia), a Comissão de Meio Ambiente (CMA) ouviu especialistas sobre o processo de elaboração de leis que criam, extinguem e modificam os limites de unidades de conservação ambiental. A ideia de debater o assunto foi do senador Fabiano Contarato (Rede-ES). Ele lembrou que quatro projetos que alteram limites ou criam essas áreas aguardam votação na CMA (PLC 52/2017, PLS 208/2018, PLS 247/2018 e PLS 407/2018).

De acordo com Contarato, o detalhamento e os subsídios que acompanham os projetos não são suficientes para decidir sobre as unidades de conservação. “Não há mapas, limites georreferenciados, tampouco são apresentados documentos que atestem o aceite dos atores locais sobre as áreas em questão”, disse no requerimento.

O consultor de Meio Ambiente do Senado Habib Fraxe comentou que existe uma dúvida quanto à iniciativa das leis que mudam as unidades de conservação. No entendimento dele, as unidades têm características de órgão do Poder Executivo.

— Ou deveria haver uma lei de iniciativa do Executivo, ou um instrumento de cooperação

entre o Legislativo e o Executivo na instrução processual dos projetos que tratam das unidades de conservação, de forma a promover segurança jurídica e fortalecer o Snuc [Sistema Nacional de Unidades de Conservação].

Fraxe comentou sobre a insegurança jurídica proveniente do PLC 52/2017, que declara o monumento natural do rio Samburá uma unidade de conservação integral. O projeto aguarda votação da CMA, e se for aprovado, vai para sanção.

— Essa é a nascente geográfica do Rio São Francisco, que ficou na região externa do Parque Serra da Canastra. Nos monumentos nacionais, se houver incompatibilidade de uso, a área será desapropriada. No caso, são quase dez



Habib Fraxe fala em debate presidido pelo senador Fabiano Contarato

mil hectares.

Representante do Projeto Radar e do Instituto de Democracia e Sustentabilidade, o advogado André Lima entende que, para atender o que o STF considera fundamental para as unidades de conservação, é necessário que o Executivo

dê sua anuência, por exemplo, quando houver redução da área da unidade.

— Se nós estamos tratando de uma área pública, uma lei de um parlamentar pode desafetar bem de domínio público ou isso é prerrogativa do Executivo? — questionou.

Fraxe e Lima sugeriram que a alteração de área de Unidade de Conservação por parlamentares se dê diante de alguns requisitos, como estudos técnicos que fundamentem essa proposta de redução e alteração dos limites.

O senador Confúcio Moura (MDB-RO) disse que a população da Amazônia não quer sair de lá, quer atuação do Estado para que tenham escola, transporte, comunicação. Disse também que é preciso valorizar o turismo para a Região Norte.

O diretor do Instituto Peabiru, João Meirelles, mostrou o resultado do desmatamento e das construções que dizimam ecossistemas inteiros.

— Onde o manguê deixou de existir para se criar camarões, por exemplo, o mar entrou.

## Davi comemora repasse de R\$ 1 bilhão para defesa da Amazônia

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, comemorou a destinação de R\$ 1,06 bilhão para a defesa da Amazônia. O valor será aplicado em prevenção, fiscalização e combate ao desmatamento, a incêndios florestais e a ilícitos ambientais nos nove estados da Amazônia Legal,

incluindo a faixa de fronteira. O recurso é parte do fundo de R\$ 2,6 bilhões da Lava Jato, depositado pela Petrobras.

— Outra demanda é a regularização fundiária, um problema gravíssimo. As pessoas não têm a titularidade das suas áreas, não conseguem acesso a programas de

financiamento — ressaltou.

Serão R\$ 630 milhões para a União e R\$ 430 milhões para os estados que sofrem com queimadas agora e os que devem enfrentar incêndios previstos do final de setembro a meados de outubro. A expectativa é de que os governadores também façam

o zoneamento econômico e ecológico dos estados.

Davi informou que outra parte do fundo da Petrobras será destinado aos Ministérios da Educação (R\$ 1 bilhão), da Cidadania (R\$ 250 milhões), da Ciência e Tecnologia (R\$ 250 milhões) e dos Direitos Humanos (R\$ 100 milhões).

## Remanejamento garante bolsas do CNPq só neste mês

O remanejamento de recursos do CNPq, anunciado no início da semana pelo Ministério de Ciência e Tecnologia (MCTIC), não garante o pagamento de bolsas de pesquisa até o fim do ano. É o que afirmam representantes do ministério e do conselho que participaram ontem de audiência pública conjunta das comissões de Educação (CE), de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Fiscalização e Controle (CTFC).

A audiência foi requerida por senadores das três comissões em razão da ameaça de paralisação de pesquisas por falta de recursos para o pagamento de bolsas. De acordo com o senador Izalci Lucas (PSDB-DF), autor de um dos requerimentos, 83 mil bolsistas poderiam deixar de receber, o

que comprometeria pesquisas em todo o país.

O secretário executivo do MCTIC, Júlio Francisco Semeghini, que representou o ministro Marcos Pontes na audiência, explicou que o déficit para honrar o pagamento das bolsas de setembro a dezembro era de cerca de R\$ 330 milhões. O valor diminuiu graças ao remanejamento de recursos pelo ministério. Foram R\$ 82 milhões remanejados no CNPq, da área de fomento em pesquisas para a área de bolsas. O remanejamento, no entanto, só garante o pagamento das bolsas de setembro, a ser feito em 5 de outubro.

O representante do Ministério da Economia, José Ricardo de Souza Galdino, explicou que o governo está

trabalhando para tentar resolver o problema dos recursos para o pagamento das bolsas. Ele afirmou que a Junta de Execução Orçamentária do governo deve se reunir para analisar as possibilidades de cancelamento de dotações em outras áreas para cobrir o que falta.

— Na junta orçamentária são apresentados todos os dados e os ministros da Economia e da Casa Civil decidem, com base na disponibilidade que vai ser apresentada, o que pode ser atendido — garantiu Galdino.

Uma das saídas para cobrir as despesas com as bolsas, anunciada ontem, é uma parcela do fundo formado por recursos recuperados pela Operação Lava Jato, a partir dos desvios da Petrobras. Os recursos seriam usados em outros projetos do ministério, mas em caso emergencial, o ministro Marcos Pontes já declarou que poderiam ser destinados ao pagamento dos pesquisadores.

Para a senadora Leila Barros (PSB-DF), o país não tem como avançar “ceifando sonhos” de jovens por causa da economia.

— Como cortar da educação, da ciência e tecnologia? Precisamos ter equilíbrio — disse.

## Simplificação tributária contribui para o desenvolvimento, dizem debatedores

A adoção de um sistema tributário simplificado contribuirá para o desenvolvimento de todos os setores da economia, para a redução dos custos de contratações e para garantir a competitividade das empresas.

Essa foi a avaliação dos participantes de audiência pública sobre a PEC 110/2019, que reforma o sistema tributário, feita ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Criador do modelo de cobrança do IVA/IBS eletrônico, Miguel Abuhab destacou que o sistema tributário tem como efeitos sonegação, inadimplência, informalidade, corrupção. Nas últimas décadas, afirmou, todas as mudanças no sistema foram realizadas sem levar em conta as causas que geram tantos efeitos indesejáveis.

Relator na CCJ, Roberto Rocha (PSDB-MA) afirmou que o atual sistema tributário “leva o Brasil a morar na informalidade e na sonegação”.

Para o ex-deputado Luiz Carlos Hauly, que foi relator o texto na Câmara, a simplificação, a tecnologia e a inclusão social devem

constituir o tripé de um novo modelo tributário. Ele apontou uma conjugação atual de interesses em favor da reforma, que hoje uniria o governo, a classe política, empresários, governadores e prefeitos, empresários e trabalhadores.

José Serra (PSDB-SP) apontou a ocorrência de conflitos regionais e federativos em torno da reforma tributária.

— A principal tendência do Congresso será aumentar a fatia dos estados e municípios, descomunamente ou não. O resultado será o aumento da carga tributária. Esse é apenas um alerta.

### Votação

A presidente da CCJ, senadora Simone Tebet (MDB-MS), avalia que o colegiado pode concluir a votação da reforma tributária até 25 de setembro. Ela disse que o relator está com o parecer pronto, aguardando apenas uma posição do governo.

— Se o governo apresentar as suas sugestões até quinta-feira, temos condições de colocar na pauta do dia 18 para leitura do relatório e votar no dia 25 — disse.



Segundo Izalci (C), 83 mil bolsistas podem deixar de receber o auxílio